

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2005.
(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informação ao Excelentíssimo Controlador-Geral da União - CGU acerca de suspeita de irregularidades no processo licitatório para a demolição de antiga edificação e, posterior, construção da Casa de Assistência à Saúde Indígena (Casai), em Campo Grande/MS.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a V. Ex^a seja requerido ao Sr. Controlador-Geral da União, Waldir Pires, informações no sentido de esclarecer a esta Casa quanto as ações deste órgão acerca das suspeitas de irregularidades no processo licitatório para a demolição de antiga edificação para a construção da Casa de Assistência à Saúde Indígena no mesmo local, situada em Campo Grande/MS.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2005.

Deputado GERALDO RESENDE
PPS/MS

JUSTIFICAÇÃO

O relatório final da Comissão Externa da Câmara Federal que investigou a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apontou inúmeros problemas e irregularidades, francamente patrocinadas pela Coordenação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em Mato Grosso do Sul.

Tendo o relatório sido enviado a vários órgãos com atribuição de fiscalização, controle e punição, regozija esta Casa a pronta atenção da Controladoria Geral da União – CGU, prova do acerto do Governo Federal ao escalar como seu titular, o Ministro Valdir Pires, condutor abalizado; pessoa cumpridora de compromissos com imparcialidade.

O fato é que a CGU em relatório preliminar entregue a nós no último dia 25 de Agosto, confirmou as irregularidades apontadas pela Comissão Externa em tela.

Contudo, a narrativa das irregularidades na FUNASA em Mato Grosso do Sul, não se cingiram aos trabalhos da Comissão Externa.

Nós pessoalmente fizemos chegar ao conhecimento do Coordenador Interino Regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, Lenildo Dias de Moraes, que, em 06 de maio de 2005, o Diário Oficial da União, a pedido da Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde em Mato Grosso do Sul, publicou aviso de licitação nº 03/2005, na modalidade convite, que tinha como objeto a contratação de serviços de demolição de antiga construção para a construção da Casa de Assistência à Saúde Indígena, em Campo Grande/MS.

Após a publicação do edital de licitação foram levantadas várias suspeitas sobre ilegalidades no processo licitatório, como por exemplo: o fato da obra já ter sido, em parte, demolida e o edital de licitação não ter sido revogado; e o fato do edital de licitação não estar disponível na Funasa – atitude que desrespeitou a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), que concede o direito a qualquer pessoa física e jurídica participar do processo licitatório – prejudicando quatro empreiteiros.

Em virtude de tal constatação a Funasa revogou, no dia 16 do mesmo mês, a licitação, atitude que, de maneira alguma elide o ilícito

consumado, o que leva à inexorável apuração de fatos e determinação de responsabilidades.

Certamente o relatório final da CGU vai aprofundar as constatações das irregularidades e dará subsídios para a responsabilização daqueles que, havendo dinheiro público à disposição e com o fim precípuo do combate à desnutrição, o utilizaram de forma inadequada, o que os torna, direta ou indiretamente culpados pelas mortes de dezenas de crianças indígenas.

O fulcro deste Requerimento é exatamente o acesso à informação quanto à busca pela justiça.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2005.

Deputado GERALDO RESENDE
PPS/MS